

PELA SEGUNDA VEZ NO ARQUIVO DE SIMANCAS

Um convite pessoal com que me distinguiu a Comissão Organizadora do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, que se reuniu em Lisboa de 5 a 12 de setembro de 1960, deu-me oportunidade de voltar à Europa, para prosseguir nas pesquisas a que me venho dedicando, acerca da história do Nordeste do Brasil em geral e de Pernambuco em particular. Essas pesquisas já me tinham levado ao Velho Mundo por dois períodos de um ano, em 1951-52, e em 1957-58, a serviço da Universidade do Recife, que me honrou com a missão oficial de investigar nos arquivos de Portugal, da Espanha, da França, da Holanda e da Inglaterra o material de interesse para aquela história. A propósito dos estudos realizados nesses dois anos de permanência nos países referidos, redigi um breve relatório que a Imprensa Universitária publicou em 1959, sob o título: *A Universidade do Recife e a pesquisa histórica*. Antecipando de um mês a minha chegada à Europa, pude, durante o mês de agosto de 1960, voltar a trabalhar no Arquivo Geral de Simancas, nas proximidades de Valladolid, na Espanha. Em 1958 lá tinha estado a examinar a coleção de manuscritos das “Secretarias Provinciais”, onde se encontram valiosos documentos para a história do Brasil do período de 1580 a 1640. Naquele ano, porém, outras coleções, cuja consulta se impunha, estavam fora do alcance do investigador, em consequência das obras de modernização do velho Arquivo de Simancas.

Foi para mim um prazer rever a paisagem ampla do vale do Pisuega, que se estende em frente à pousada dos investigadores, construída em 1955 e que oferece, a preços reduzidos, conforto moderno aos que, de vários países, convergem para ali a consultar os tesouros do arquivo organizado por Carlos V, no castelo dos antigos Almirantes de Castela. A hospedagem na pousada de Simancas oferece, ainda, uma satisfação complementar: a de permitir o convívio, fora das horas de trabalho no Arquivo, com outros investigadores, na maioria europeus, e conhecer, através desse convívio, o que se está a fazer em Universidades do Velho Mundo. Em agosto de 1960, quando lá estive, residiam na pousada dois italianos, dois belgas, dois espanhóis, um inglês e um alemão.

O meu objetivo principal, nessa segunda estada em Simancas, era o de localizar a correspondência enviada de Pernambuco ao Rei da Espanha, que de 1580 a 1640 cingira também a Coroa portuguesa; interessava-me, sobretudo, a do período que abrangia a ocupação holandesa deste Estado, de 1630 a 1640. As pesquisas que eu havia realizado em arquivos portugueses e no Arquivo das Índias de Sevilha, quase nada me tinham oferecido daquela correspondência. Entretanto ela devia existir algures - e o Arquivo geral de Simancas parecia-me prometer a solução, pois que alguns elementos recolhidos pelo Revdo. Padre Frei Francisco Leite de Faria, da Ordem dos Capuchinhos portugueses, indicavam isto.

Realmente, depois de longo esforço improdutivo, a investigação começou a revelar os elementos que eu procurava. A coleção “Guerra Antiga”, que se subdivide em papéis de “Mar e Terra”, “Terra” e “Mar”, todos de interesse para o nosso país, contém boa parte da correspondência que as autoridades luso-espanholas de Pernambuco dirigiram a Filipe III e Filipe IV durante o decênio que se seguiu à invasão holandesa.

A referida coleção compreende papéis de boa parte do mundo espanhol de então: papéis relativos a Portugal continental, às ilhas da Madeira e dos Açores, ao norte da África, às principais bases militares do território da Espanha, às regiões da Itália e da Flandres sob domínio espanhol e, finalmente, ao Brasil e, em especial, a Pernambuco. Além disso, todo o expediente das

secretarias das “mercês”, por serviços de guerra, também ali está incluído. Em resumo, a massa de documentos a percorrer nas centenas de “legajos” ou maços em que estão colecionados, é enorme.

O investigador que examina esses papéis, como eu o fiz, fica surpreendido pelo trabalho imenso e eficiente da burocracia espanhola. Dos assuntos submetidos à apreciação dos conselhos há duas e três minutas de consulta e pareceres, de cartas, de papéis vários: destinavam-se elas a ser emendadas pelos vários conselheiros, a cujo exame eram oferecidas. Surgem depois as minutas de redação final, também corrigidas por várias mãos, até chegar ao texto aprovado e rubricado pelos conselheiros, pronto para ser submetido à apreciação do Rei. Todos esses papéis - é claro - estão escritos à mão, um a um, pois não havia então meios mecânicos de cópias múltiplas. Era assolebante o trabalho dos escreventes das secretarias espanholas e o pesquisador de hoje fica perplexo pela tarefa realizada pelos burocratas do tempo dos Filipes. Estes, os Reis de Espanha, não trabalhavam menos do que os seus súditos das secretarias, pois os despachos são todos, um por um, da mão do próprio Rei, mesmo quando de assuntos miúdos e triviais. E ainda mais: Filipe II chegava ao extremo de reclamar qualquer atraso em lhe serem enviados papéis a despachar ou a examinar, como se aquela papelada imensa fosse pouca matéria para sua diligência. E o mundo espanhol dos Filipes abrangia toda a América do Sul, a Central, parte da do Norte, as Filipinas, o mundo português da América, da África e da Ásia, além da Flandres e de várias regiões da Itália: quase o mundo inteiro.

É da mistura com toda essa documentação que se encontram os papéis relativos a Pernambuco, e um penoso esforço de pesquisa é exigido do investigador para localizá-los, de permeio com milhares de folhas de papel que quase nada lhe oferecem de interesse. Lamentavelmente o meu trabalho ficou apenas iniciado e a riqueza desvendada, a aguardar conclusão, pois que não me foi possível em trinta dias levá-lo ao fim. Um honroso convite que acabo de receber do Senhor Ministro da Educação, Artes e Ciências da Holanda para voltar ao seu país no começo de 1961, a realizar estudos sobre a história do Brasil, permitir-me-á, quando do regresso, assim o espero, a conclusão da tarefa interrompida no Arquivo de Simancas.

Com pesquisa tão larga como a que venho realizando, a Universidade do Recife, a que tenho a honra de pertencer, terá levado a efeito uma obra sem precedentes na investigação histórica brasileira. E, em breve, com a criação do Centro de Pesquisas Históricas, já autorizada unanimemente pelo Conselho de Curadores da Universidade, Pernambuco poderá oferecer aos seus estudantes e aos do nordeste não apenas cursos de especialização de história regional, como treinamento para formação de futuros historiadores, com conhecimento seguro e completo das fontes históricas que lhes interessa. É esse conhecimento heurístico a única coisa que não pode ser improvisada, já que, ao contrário da parte teórica da História, que se encontra em qualquer manual, exige anos de assíduo esforço.

Que avanço o exame dos documentos da coleção “Guerra Antiga” do Arquivo Geral de Simancas vem trazer à história de Pernambuco? Em primeiro lugar, o conhecimento dos acontecimentos da guerra holandesa através de documentos contemporâneos e de testemunhos de primeira mão: portanto, maior segurança da informação histórica; em segundo lugar, a notícia do que se passava por detrás dos fatos registrados na história, o que em geral as crônicas e os cronistas não revelam. Os motivos reais da recusa de D. Fadrique de Toledo Osório de comandar em chefe uma esquadra luso-espanhola, que deveria tentar a restauração de Pernambuco; os da animosidade do Conde de Bagnuolo em relação a Matias de Albuquerque; os da divergência entre os combatentes de Pernambuco e os conselheiros espanhóis acerca da maneira de conduzir a

guerra, são alguns dos fatos não registrados pelos cronistas, a que os papéis agora examinados vêm trazer esclarecimentos seguros.

Além disso, elementos novos podem ser acrescentados àquele conhecimento dos acontecimentos. Sabia-se, por exemplo, que Matias de Albuquerque havia redigido relações diárias da guerra contra os holandeses; seu irmão, Duarte de Albuquerque Coelho, utilizou-as ao redigir as *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* (publicadas em Madrid em 1654). Entretanto, tudo quanto se conhecia dessas relações diárias era posterior à partida de Matias de Albuquerque de Pernambuco, e se guarda em códice da Biblioteca Nacional de Lisboa. Agora, pela primeira vez, foi encontrado um trecho das relações diárias daquele ilustre General, correspondente aos meses de abril, maio e junho de 1631.

Foi encontrada também uma carta de D. Antônio Filipe Camarão, o bravo ameríndio que foi um dos heróis da guerra contra os holandeses. Está datada sua Estância de Nossa Senhora da Vitória (nas proximidades do atual bairro de Santo Amaro das Salinas, no Recife) em 12 de agosto de 1632. Nela Camarão agradece o interesse que o Conde de Bagnuolo manifestava (aliás em obediência a instruções de Filipe III) pelos seus companheiros e por ele próprio, e oferece alguns elementos importantes para a sua biografia. Anexo a essa carta está um “Aranzel dos índios que mais se assinalaram nesta guerra”.

Várias cartas originais de Matias e de Antônio de Albuquerque (este último Capitão da Paraíba) e do Conde de Bagnuolo foram igualmente encontradas e, pela primeira vez, copiadas ou microfilmadas. Uma das cartas de Matias de Albuquerque (datada de 21 de maio de 1633) trata dos horrores da guerra entre luso-brasileiros e holandeses em Pernambuco, na qual até então não se dava quartel aos prisioneiros de uma e outra parte, que eram cruelmente mortos ao serem tomados. A pedido dos holandeses, em 19 de maio de 1633, as duas facções combatentes concordaram em estabelecer no Brasil as mesmas condições que vigoravam na guerra de Flandres, de respeito à vida e de permuta ou resgate de prisioneiros. No documento proíbe-se o incêndio de igrejas e a destruição de imagens, exceto no caso de serem as igrejas utilizadas como pontos de ataque ou de resistência; proibiu-se o uso de balas empeçonhadas, enramadas, quadradas ou esquinadas, de barretas de ferro ou chumbo e de canhões raiados, sendo permitida a utilização apenas de arcabuzes, mosquetes, espingardas, carabinas ou pistolas; estipulava-se o montante do resgate de prisioneiros, que era de um mês de soldo no caso de um Mestre de Campo, de 40 cruzados no de um Capitão, de 4 cruzados no de um soldado e no de 2 cruzados no caso de índio ou negro, ao qual se devia juntar o valor da alimentação fornecida. Na Espanha, ao ser apreciado no Conselho de Guerra (em 3 de agosto de 1633) o acordo estabelecido, o Marquês de Leganes acusou fortemente a Matias de Albuquerque, que, segundo ele, não tinha autoridade para entrar em negociação com os holandeses. Parecia-lhe que as razões contra o estabelecimento do acordo eram de mais peso do que as em favor, pois a muitas pessoas de grande consideração tinha ouvido a opinião que aos holandeses “não se lhes devia fazer boa guerra, mas enforçá-los” e que do acordo se haveriam de seguir “grandes inconvenientes, em razão de domesticar-se aquela guerra e abrir caminho para entendimento deles com os naturais da terra e granjear-lhes a vontade, e que também daria ocasião a que os soldados de Sua Majestade não pelejem com eles, mas se rendam facilmente, certos de que salvam a vida, sendo também certo que muitos atribuem a duração da guerra de Flandres e o não pelejar-se ali como dantes ao estabelecimento desses acordos”. O parecer do Marquês de Leganes foi aceito pelos demais Conselheiros e, em 13 de agosto de 1633, o Rei escreveu a Matias de Albuquerque repreendendo-o severamente pela iniciativa tomada sem prévia.

Documentos de interesse, não apenas regional mas nacional, são dois relativos a Gabriel Soares de Souza, que agora são aqui revelados pela primeira vez. Os papéis conhecidos sobre o senhor de engenho da Bahia, que escreveu no fim do século XVI o melhor livro sobre o Brasil de então, foram descobertos em Portugal por João Francisco Lisboa (1812-63), que os ofereceu a Varnhagen e foram por este publicados no volume 21 da *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, em 1858. São onze os documentos aí divulgados; a esses devem-se acrescentar agora mais dois, que vim a encontrar no Arquivo de Simancas. Um deles é particularmente importante, pois é a própria “instrução” pela qual ele se devia reger no descobrimento das minas e conquista do Rio São Francisco, no qual veio a falecer. Datado de Lisboa em 13 de maio de 1591 fixa, entre outras causas, que deveria ele partir da Cidade do Salvador e atingir a povoação da Graciosa e daí até “o lugar onde chegou Duarte Coelho”. A mesma determinação e referência encontra-se também no segundo documento, um alvará datado de Lisboa em 19 de abril de 1591, pelo qual o Rei lhe dava poderes para fazer a entrada e descobrimento. Ambos serão publicados no projetado Boletim do Centro de Pesquisas Históricas da Universidade do Recife.

Fonte: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Boletim Informativo da Universidade do Recife**. N.3 mai., 1961, pp. 36-41.